



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

# Mensagem de Natal



Dezembro 2005

Em vésperas de Natal é hábito as pessoas trocarem saudações e expressarem desejos de Boas Festas, de renovarem as esperanças, para amenizarem mais um ano de angústias e de apertar o cinto, de correr para o trabalho e deste para casa, de aflições ao fim do mês para conseguir o dinheiro suficiente para satisfazer os compromissos, as rendas, as mensalidades do infantário, do lar, as muitas prestações para que a vida nos vai empurrando para darmos alguma qualidade à nossa existência.

Muito gostaríamos de vos poder comunicar que se advinha um futuro eivado de bons augúrios, que os problemas com que nos debatemos há um ror de anos, finalmente, vão ser resolvidos, que, afinal, o Governo sempre vai governar em conformidade com as expectativas referenciais com que há um ano atrás conduziu a campanha eleitoral que o levou a merecer a confiança de mais de metade dos votos validamente expressos e, assim, amealhou mais de metade dos deputados. Gostaríamos, mas a prática governamental nega-o.

Ao longo deste ano assistimos a uma campanha fracturante da sociedade portuguesa, colocando portugueses contra portugueses, atacando os direitos adquiridos pelos agentes e servidores do Estado que integram os quadros especiais da Administração Pública, aqueles sobre os quais historicamente tem recaído a autoridade estruturante e referencial do Estado: os magistrados, os militares, os professores, o pessoal de saúde e as forças de segurança.

Neste afã de nivelar tudo pelo menor denominador de direitos sociais, o Governo começou por chamar "*privilégios*" aos direitos adquiridos, depois misturou tudo e passou a tratar de modo igual aquilo que é diferente. Diferente nas exigências que o País lhes faz, no sacrifício, no risco, na responsabilidade, na quantidade e na especificidade do trabalho exigido.

O Governo sabe, mas não esclarece os portugueses, que alguns dos direitos adquiridos, e que hoje impropriamente apelida de privilégios, foram implementados avulso, sem obedecer a qualquer preceito estatutário ou plano estruturador, mas para compensar promessas não cumpridas de valorização retributiva por falta de disponibilidade financeira do Estado, como foi, por exemplo, o aumento do número de dias de férias decretado no anterior Governo do PS, do Eng.º António Guterres, sendo então ministro influente desse Governo o actual PM.

Ao seguir este caminho, governando à vista, sem estudos de impacto, tal como temos vindo a alertar, o Governo tem colocado em causa a qualidade e mesmo a continuidade do serviço público, obrigação constitucional do Estado. Desmotivou uma parte considerável dos funcionários. Feriu gravemente os princípios da certeza e da garantia, que fundamentam a confiança geradora da estabilidade, pilar do desenvolvimento das sociedades democráticas. Em última análise tem colocado em causa a Coesão Nacional, com portugueses antagonizando outros portugueses.



Mas, relativamente aos militares, o que está em causa são valores muito mais importantes e fundamentais, que passam por um juramento de Bandeira, colocando a própria vida à disposição do País, com base em valores emergentes da Condição Militar.

Em que consiste, afinal, o juramento através do qual o cidadão assume a Condição Militar para toda a vida, sem, no entanto, perder o estatuto de cidadão? Os governantes ao assumirem os seus cargos também fazem um juramento seguindo uma fórmula semelhante.

A diferença entre estes dois juramentos, o dos militares e o dos governantes, consiste em que, no caso dos primeiros, o juramento de Bandeira implica uma opção de vida, adoptando a Condição Militar até à morte; ao passo que o juramento do governante é conjuntural e de duração limitada, quando muito, até ao final do mandato para o qual está a ser empossado.

Outra diferença importante, nem sempre recordada: o Chefe Militar deve assumir todos os erros da equipa que dirige como sendo seus e os êxitos como sendo da equipa; o governante protótipo do "Arco do Poder" que governa o País há 30 anos, assume os méritos como sendo seus, imputa os erros e os problemas à equipa com quem trabalha e tem sempre à mão um bode expiatório para escapar incólume. A necessidade de voltar a vencer eleições assim o exige.

Estas diferenças são complementadas por valores maiores e civicamente superiores como a Honra, a Coragem, a Abnegação, a Frontalidade, a Lealdade e a Entrega sem limites à causa pública assumida pelo Povo através do preceituado na Constituição da República que jurámos cumprir e fazer cumprir.

São precisamente estas diferenças que nos caracterizam, formam e determinam a nossa atitude perante os problemas e a adversidade. É devido a estas diferenças que não desistimos de fazer respeitar a nossa razão, que não abandonamos camaradas caídos no campo de batalha, que enfrentamos com elevação e dignidade os obstáculos que nos colocam, que abominamos a mentira, que não desistimos na defesa da qualidade de vida da nossa Família.

É, no fundo, baseando-nos na Condição Militar que podemos transmitir a toda a Família Militar um mensagem de esperança e de confiança, que alcançaremos as soluções necessárias para que se faça justiça na resolução dos problemas com que há anos nos confrontamos.

Também os mais de 30 anos de história pré-associativa e associativa, pelo que conquistámos, pela dignidade com que o fizemos, pela dignificação remanescente da nossa luta para a própria Instituição Militar, nos permitem encarar com orgulho e confiança o futuro e fundar a certeza de que haveremos de vencer mais uma vez!

**Vivam as Forças Armadas!**

**Viva a Família Militar!**

**Viva a Associação Nacional de Sargentos!**

**Viva Portugal!**

**Lutando, continuaremos a fazer com que a Razão e a Justiça prevaleçam!**

**Boas Festas!**

Lisboa, Dezembro de 2005

A Direcção